ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se	
Publique-se	
2011-01-18	
O Secretário da Mesa	

[X] **REQUERIMENTO** **Número** 293 / XI (2 .ª) - AC

[ ] **PERGUNTA** **Número** / (.ª)

Assunto: Desvalorização Social do Trabalho na empresa PSA Peugeot Citroen de Mangualde

Destinatário: Min Trabalho e da Solidariedade Social

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

A fábrica da PSA Peugeot Citroen de Mangualde despediu mais de 500 trabalhadores no ano passado. O motivo para este despedimento massivo foi a extinção do turno da noite. Actualmente, a empresa encontra-se em fase de reposição da laboração no turno da noite, procedendo à contratação de 300 trabalhadores para o efeito.

A criação de novos postos de trabalho, particularmente num cenário de crise económica, é algo que deve ser louvado. Contudo, a atitude por parte da fábrica em questão levanta sérias reservas. Em primeiro lugar relativamente à responsabilidade da empresa sobre os cerca de 500 trabalhadores despedidos no ano passado, que deveriam ter sido chamados para ocupar os postos de trabalho que tinham sido extintos. Em segundo lugar, impedindo a empresa de considerar a sua força de trabalho como descartável.

As informações a que tivemos acesso pelos órgãos de comunicação social indicam que as novas admissões serão realizadas com uma clara desvalorização da remuneração pelo mesmo trabalho. No ano passado, a média de ordenados do turno da noite rondava os 800 €. Os trabalhadores agora admitidos para esse mesmo turno, para as mesmas funções que anteriormente eram desempenhadas, têm uma média de vencimentos na ordem dos 550 €, já contabilizando o turno da noite.

A atitude da empresa perante estes trabalhadores é ainda mais esclarecedora quando se toma conhecimento de que a sua contratação estava pensada para ser realizada através de empresas de trabalho temporário. Foi a impossibilidade da empresa recorrer à utilização da bolsa de horas de trabalhadores que não fossem funcionários da empresa que levou à sua integração. É pois clara que a atitude da empresa perante as suas obrigações sempre foi a de diminuir os custos do trabalho, procedendo à utilização de formas de pressão para que os trabalhadores aceitassem novas condições, despedindo para depois contratar através de empresas de trabalho temporário e pagando menores salários.

Importa, portanto, que o Governo se pronuncie sobre a atitude desta empresa e sobre eventuais apoios que esta empresa tenha recebido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação reportada na fábrica PSA Peugeot Citroen de Mangualde?

2. Considera o Governo que o despedimento de 500 trabalhadores no ano passado, e cujos postos de trabalho estão agora a ser ocupados, foi legal?

3. Qual a motivação apresentada pela empresa para o despedimento colectivo do ano passado e qual a validação que foi realizada para atestar da legalidade desse despedimento colectivo?

4. Quanto custou à Segurança Social os apoios prestados aos mais de 500 trabalhadores despedidos por esta empresa no ano passado?

5. Considera o Governo aceitável que para os mesmos postos de trabalho, alguns deles ocupados por antigos trabalhadores que tinham sido despedidos, seja agora pago uma remuneração substancialmente inferior?

6. Que medidas irá o Governo levar a cabo para averiguar sobre a legalidade das remunerações auferidas pelos trabalhadores desta empresa, particularmente ao nível do salário base e do subsídio nocturno, bem como da utilização da bolsa de horas ao domingo?

7. Teve esta empresa alguns apoios públicos pela criação dos novos postos de trabalho? Se sim, quais e com que montante?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 13 de Janeiro de 2011

Deputado(a)s

Pedro Filipe Gomes Soares

Pedro Filipe Soares(BE)